



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, junho/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 16, n. 5, maio 2010. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em maio foi deficitário em R\$ 509,7 milhões, contra superávit de R\$ 16,6 bilhões em abril. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 39,3 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em maio de 2010 foi deficitário em R\$ 509,7 milhões, contra superávit de R\$ 16,6 bilhões em abril.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	ABR 2010	MAI 2010	JAN-MAI 2009	JAN-MAI 2010
I. RECEITA TOTAL	78.569,9	65.494,7	286.324,6	337.621,2
I.1. Receitas do Tesouro	62.054,3	48.725,5	217.617,3	258.634,8
I.1.1. Receita Bruta (1)	62.589,6	48.961,5	219.296,4	260.836,8
I.1.2. (-) Restituições	-445,9	-236,0	-1.624,3	-2.107,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-89,4	0,0	-54,8	-94,6
I.2. Receitas da Previdência Social	16.330,1	16.581,7	67.901,2	78.078,1
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	15.932,4	16.154,9	66.061,4	76.197,8
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	397,7	426,8	1.839,7	1.880,2
I.3. Receitas do Banco Central	185,5	187,5	806,1	908,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.606,6	13.952,2	51.749,1	58.177,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	66.963,3	51.542,5	234.575,5	279.443,6
IV. DESPESA TOTAL	50.366,4	52.052,2	215.418,0	255.234,3
IV.1. Despesas do Tesouro	30.758,1	32.654,1	128.619,5	156.216,7
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.972,0	12.412,9	60.788,6	65.906,4
IV.1.2. Custeio e Capital	18.686,1	20.145,7	67.388,0	89.826,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.976,5	2.018,0	8.720,6	9.297,4
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	651,3	679,0	1.401,0	4.131,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.835,1	1.827,6	7.637,7	9.058,0
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.223,3	15.621,1	49.628,7	67.339,7
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	10.933,6	11.733,0	40.352,3	50.648,6
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	3.289,7	3.888,1	9.276,4	16.691,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	99,9	95,5	442,9	483,4
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	19.341,9	19.171,2	85.795,8	97.895,3
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.487,8	15.352,0	68.673,7	78.385,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.854,1	3.819,3	17.122,2	19.509,9
IV.3. Despesas do Banco Central	266,5	226,8	1.002,6	1.122,3
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	16.596,9	-509,7	19.157,5	24.209,2
VI.1. Tesouro Nacional	19.689,6	2.119,2	37.248,7	44.240,4
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.011,8	-2.589,5	-17.894,7	-19.817,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	444,6	803,0	-2.612,2	-2.187,5
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.456,4	-3.392,5	-15.282,4	-17.629,7
VI.3. Banco Central (6)	-80,9	-39,3	-196,5	-214,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,56%	1,73%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO JAN-MAI %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	-0,8%	17,9%
Tesouro	-4,3%	18,8%
Previdência	12,1%	15,0%
Transferências	-3,8%	12,4%
Receita Líquida	-0,2%	19,1%
Despesas	18,7%	18,5%
Benefícios	13,1%	14,1%
Pessoal	22,6%	8,4%
Custeio e Capital	22,7%	33,3%
FAT	38,4%	6,6%
Subsídios	-29,0%	1,9%
LOAS/RMV	20,7%	18,6%
Outras	23,1%	35,7%
Custeio	22,7%	25,5%
Capital	24,8%	79,9%
PIB estimado	3,3%	13,7%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 13,6 bilhões (21,8%), passando de R\$ 62,6 bilhões em abril para R\$ 49,0 bilhões em maio. Essa evolução decorreu principalmente: i) do decréscimo de R\$ 4,1 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 2,0 bilhões na da CSLL em função do

pagamento, em abril de 2010, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral desses tributos encerrada em março de 2010; ii) da diminuição de R\$ 2,6 bilhões no IRPF, reflexo do pagamento, em abril, da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste 2010 (ano base 2009); iii) da redução de R\$ 2,3 bilhões na arrecadação de dividendos; iv) da redução de R\$ 2,6 bilhões na cota-parte de compensações devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; v) do diminuição de R\$ 1,6 bilhão nas receitas diretamente arrecadadas em função, especialmente, do ingresso de R\$ 2,2 bilhões por recolhimento de taxa de fiscalização das telecomunicações, ocorrido no mês de abril.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 14,0 bilhões em maio, contra R\$ 11,6 bilhões no mês anterior, registrando aumento de 20,2%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 10,2 bilhões, com crescimento de 22,3% frente a abril, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de abril, que repercute nas transferências de maio. As demais transferências aumentaram R\$ 943,7 milhões, impactadas pelo incremento de R\$ 1,5 bilhão nos repasses de royalties, reflexo do recolhimento trimestral apurado pela União no mês anterior. No sentido contrário, destaca-se a prestação, em abril, de apoio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/10	MAI/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.312,3	10.168,8
CIDE-Combustíveis	454,7	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.677,1	3.620,8
Total	11.606,6	13.952,2

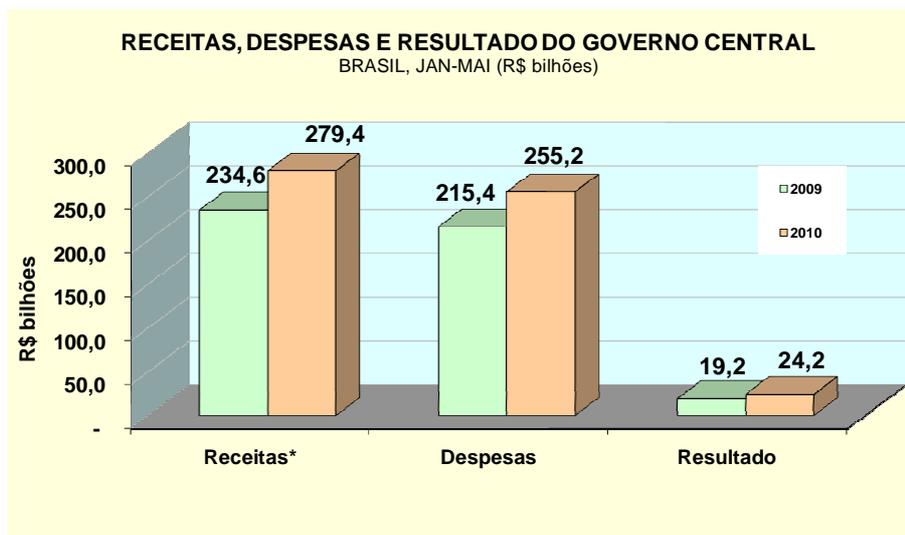
¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se o incremento de R\$ 1,9 bilhão (6,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a abril. Houve aumento de R\$ 1,4 bilhão nas despesas discricionárias, principalmente nos Ministérios da Educação (R\$ 393,2 milhões), da Saúde (R\$ 343,2 milhões) e do Desenvolvimento Agrário (R\$ 127,4 milhões). Por outro lado, reduziram-se os gastos discricionários dos Ministérios das Cidades (R\$ 213,9 milhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 164,1 milhões). Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 12,4 bilhões (elevação de R\$ 440,9 milhões). Registraram-se, ainda, reduções de R\$ 398,5 milhões nas sentenças judiciais e precatórios de custeio e de R\$ 289,7 milhões em créditos extraordinários.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,6 bilhões, contra déficit de R\$ 3,0 bilhões apurado em abril. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 251,7 milhões. Os benefícios previdenciários, por sua vez, diminuíram R\$ 170,6 milhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 803,0 milhões no mês, contra R\$ 444,6 milhões em abril. A parcela rural registrou déficit de R\$ 3,4 bilhões em maio contra R\$ 3,5 milhões em abril.

No acumulado de janeiro a maio, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 24,2 bilhões, contra R\$ 19,2 bilhões registrados em igual período de 2009. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 7,0 bilhões no superávit do Tesouro Nacional e os aumentos de R\$ 1,9 bilhão no déficit da Previdência e de R\$ 17,5 milhões no déficit do Banco Central.

No acumulado de janeiro a maio de 2010 o Governo Central apresentou superávit equivalente a 1,73% do PIB.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 41,5 bilhões (18,9%) relativamente ao período de janeiro a maio de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) incremento de R\$ 11,2 bilhões na Cofins e de R\$ 2,4 bilhões no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos no montante de R\$ 3,0 bilhões ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; ii) aumento na arrecadação da CIDE-Combustíveis (R\$ 2,2 bilhões), do IOF (R\$ 2,9 bilhões), e do IPI (R\$ 3,1 bilhões) refletindo a melhora das condições macroeconômicas e alterações na legislação tributária; iv) crescimento de R\$ 4,7 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iv) aumento de R\$ 3,9 bilhões em Outras Receitas em consequência da transferência de depósitos judiciais anteriores à Lei nº 9.703/1998, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 6,4 bilhões entre janeiro e maio de 2010, frente a igual período de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 2,6 bilhões) e o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 1,5 bilhão). Merecem destaque, ainda: i) as maiores transferências a título de complementação do Fundeb, com crescimento de R\$ 838,4 milhões; ii) o apoio financeiro instituído pela Medida Provisória nº 485/2010 (apoio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal), que registrou R\$ 800,0 milhões no ano, sem contrapartida em 2009; e iii) o apoio financeiro instituído pela Lei nº 12.058/2009 (apoio financeiro aos Municípios), que reduziu-se em R\$ 238,4 milhões.

No acumulado até maio de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 27,6 bilhões (21,5%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução de-

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	3,03%	3,17%
Previdência Social	-1,46%	-1,42%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	1,56%	1,73%

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,34%	3,04%
CIDE - Combustíveis	0,02%	0,07%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,06%
Demais	0,79%	1,00%
Total	4,21%	4,17%

¹ Inclui auxílio financeiro

correu, principalmente, dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 5,1 bilhões nas despesas de pessoal e encargos sociais; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 10,2 bilhões; iii) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram R\$ 6,0 milhões em 2010 contra R\$ 2,1 bilhões em 2009; iv) aumento de R\$ 2,6 bilhões nos créditos extraordinários; e v) aumento de R\$ 1,4 bilhão nas despesas com LOAS e RMV.

Os investimentos cresceram 79,9% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 89,0%.

Cumprir salientar o incremento de R\$ 7,4 bilhões (79,9%) dos investimentos até maio de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 3,4 bilhões (89,0%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 1,9 bilhão (10,7%) relativamente ao período de janeiro a maio de 2009, alcançando R\$ 19,8 bilhões frente aos R\$ 17,9 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 10,2 bilhões (15,0%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 12,1 bilhões (14,1%).

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,2 bilhões, que corresponde a 11,0% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 17,6 bilhões (89,0% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 49,0 bilhões em maio contra R\$ 62,6 bilhões verificados em abril (queda de 21,8%). Este comportamento é explicado pelos decréscimos de R\$ 6,3 bilhões nas receitas de impostos, de R\$ 2,5 bilhões nos ingressos decorrentes de contribuições e de R\$ 4,8 bilhões nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 21,8 bilhões e as de contribuições R\$ 18,4 bilhões em maio, apresentando, em seu conjunto, decréscimo de R\$ 8,8 bilhões (17,9%) em relação aos valores apurados em abril. Essa evolução reflete: i) o decréscimo de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação do IRPF, pois em abril houve o pagamento da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste 2010 (ano base 2009); ii) decréscimos de R\$ 4,1 bilhões na arrecadação de IRPJ e de R\$ 2,0 bilhões na CSLL, em função do pagamento, em abril de 2010, da 1ª cota ou da cota única referente à apuração trimestral encerrada em março de 2010; iii) queda de R\$ 4,8 bilhões na arrecadação das demais receitas do Tesouro Nacional, influenciada pelos decréscimos de R\$ 2,3 bilhões nos dividendos; de R\$ 2,6 bilhões na cota parte de compensações devido ao recolhimento sazonal, em abril, da participação especial apurada trimestralmente; e de R\$ 1,6 bilhão nas receitas diretamente arrecadadas em função, principalmente, do ingresso de R\$ 2,2 bilhões, em abril,

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO¹	ABR/10	MAI/10
Impostos	28.059,3	21.753,6
Imposto de Renda	21.267,7	14.772,3
IPI	3.195,2	3.170,4
Outros	3.596,4	3.810,9
Contribuições	20.901,3	18.426,6
Cofins	11.286,0	10.924,5
CPMF	4,0	3,7
CSLL	4.903,6	2.885,1
Cide - Combustíveis	562,4	530,5
Outras	4.145,3	4.082,9
Demais	13.629,0	8.781,3
Cota parte	3.953,3	1.393,9
Diretamente Arrecadada	4.121,4	2.488,7
Dividendos da União	4.014,8	1.760,3
Concessões	15,3	130,3
Outras	1.524,3	3.008,1
Total Bruto	62.589,6	48.961,5

¹ Os valores referentes à retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

referente ao recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,68% do PIB no período de janeiro a maio de 2010, dos quais 8,45% correspondem à arrecadação de impostos, 7,07% às contribuições e 3,16% relativos às demais receitas.

Comparada ao mesmo período de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 41,5 bilhões (18,9%), passando de R\$ 219,3 bilhões para R\$ 260,8 bilhões. Esse crescimento deveu-se, fundamentalmente, à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, com crescimento de 18,2% no acumulado de dezembro de 2009 a abril de 2010 comparado ao período entre dezembro de 2008 e março de 2009; o volume geral de vendas, com incremento de 16,9% no acumulado de dezembro de 2009 a abril de 2010, em relação ao acumulado de dezembro de 2008 a abril de 2009; e o incremento nominal de 10,0% da massa salarial no período de dezembro de 2009 a abril de 2010, comparativamente a igual período de 2008/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 11,2 bilhões na Cofins e de R\$ 2,4 bilhão no PIS-Pasep, devido: i) ao crescimento de 16,9% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a abril de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) à compensação no pagamento dessas contribuições, nos primeiros cinco meses de 2009, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iii) às desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- crescimento de R\$ 2,2 bilhões na CIDE-combustíveis, devido a: i) compensações, em 2009, no valor de cerca de R\$ 1,0 bilhão; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto nº 6.875/2009.
- crescimento de R\$ 2,9 bilhões na arrecadação do IOF refletindo o aumento de 2,0% da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983/2009 e 7.011/2009.
- incremento de R\$ 3,1 bilhões na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI-Automóveis, decorrente do aumento de 15,6% no volume de vendas de veículos de dezembro/2009 a abril/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior e da alteração da tabela de incidência para os fa-

Em decorrência de fatores sazonais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou queda de 21,8% relativamente ao mês anterior.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No período de janeiro a maio de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	8,50%	8,45%
Imposto de Renda	6,44%	6,13%
IPI	0,93%	1,04%
Outros	1,12%	1,27%
Contribuições	6,62%	7,07%
Cofins	3,51%	3,89%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,60%	1,46%
Cide - Combustíveis	0,07%	0,22%
Outras	1,43%	1,50%
Demais	2,74%	3,16%
Cota parte	0,58%	0,84%
Diretamente Arrecadada	0,93%	0,90%
Dividendos da União	0,62%	0,64%
Concessões	0,12%	0,03%
Outras	0,50%	0,75%
Total Bruto	17,86%	18,68%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

- tos geradores de janeiro a março de 2009, conforme Decreto nº 6.687/2008; ii) IPI-Fumo, em função da mudança do prazo de apuração e recolhimento estabelecida pela Lei nº 11.933/2009, em maio de 2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas, conforme Decreto nº 6.809/2009, em junho de 2009; e iii) IPI-Outros, devido ao crescimento de 18,2% na produção industrial acumulada de dezembro/2009 a abril/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/09 e 7.060/09).
- e) crescimento de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação de IRPF, refletindo o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste IRPF/2010, ano base 2009, e o crescimento do item ganhos líquidos em bolsa.
- f) crescimento de R\$ 2,5 bilhões no IRPJ e de R\$ 691,8 milhões na CSLL, cujo desempenho acumulado ainda está bastante influenciado pelo pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009. Cumpre destacar que os resultados da arrecadação por estimativa das instituições financeiras encontram-se influenciados por pagamentos extraordinários de R\$ 1,0 bilhão realizados em abril/2009.
- g) crescimento de R\$ 2,9 bilhões no IRRF, principalmente devido: i) à elevação de R\$ 2,7 bilhões (12,3%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido ao aumento de 10,0% da massa salarial nos meses de dezembro/2009 a abril/2010, em relação ao mesmo período de 2008/2009, e à alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009; ii) ao crescimento de R\$ 244,6 milhões (10,3%) no IRRF – Outros Rendimentos; iii) ao aumento de R\$ 163,4 milhões (3,8%) do IRRF – Remessas ao Exterior; e iv) à redução de R\$ 200,3 milhões (2,5%) no IRRF – Rendimentos do Capital, influenciada pela queda de arrecadação nas operações de *swap*.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 10,5 bilhões (31,1%), em relação aos cinco primeiros meses de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 4,7 bilhões (65,6%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras em função do aumento do preço internacional do petróleo; ii) do crescimento de R\$ 1,4 bilhão (18,6%) na arrecadação de dividendos; e iii) do crescimento de R\$ 3,9 bilhões (147,7%) em outras receitas, como consequência da regularização de depósitos judiciais anteriores à Lei nº 9.703/98, para a conta única do Tesouro, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	33.695,4	44.186,0
Cota parte	7.118,0	11.786,4
Plano do Servidor (CPSS)	3.438,0	3.852,7
Diretamente Arrecadada	11.425,0	12.575,9
Dividendos da União	7.566,1	8.975,2
Concessões	1.487,0	405,2
Outras	2.661,1	6.590,5

Em maio, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 14,0 bilhões, contra R\$ 11,6 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de 20,2%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 10,2 bilhões, com aumento de R\$ 1,9 bilhão (22,3%) frente a abril, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de abril, com reflexo nas transferências de maio.

Em relação aos cinco primeiros meses de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 6,4 bilhões (12,4%), elevando-se de R\$ 51,7 bilhões em 2009 para R\$ 58,2 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) o crescimento de R\$ 2,6 bilhões (56,5%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; ii) o crescimento de R\$ 1,5 bilhão (3,7%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras); iii) as maiores transferências a título de complementação do Fundeb (crescimento de R\$ 838 milhões); vi) o crescimento de R\$ 605,7 milhões (200,5%) nas transferências da CIDE; e v) o apoio financeiro instituído pela Lei nº 12.058/2009 (apoio financeiro aos Municípios) e pela Medida Provisória nº 485/2010 (apoio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal).

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 32,7 bilhões, contra R\$ 30,8 bilhões no mês anterior, aumento de R\$ 1,9 bilhão (6,2%). As principais variações em relação ao mês anterior foram: i) aumento de R\$ 1,5 bilhão (7,8%) registrado nas despesas de Custeio e Capital; e ii) aumento de R\$ 440,9 milhões (3,7%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais aumentaram R\$ 440,9 milhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento de passivos judiciais e administrativos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, que totalizaram no mês R\$ 721,8 milhões. Por outro lado, houve redução de sentenças judiciais e precatórios, que registraram R\$ 109,1 milhões em maio, contra R\$ 132,0 milhões em abril de 2010.

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 20,1 bilhões (incremento de 7,8%), dos quais R\$ 15,6 bilhões (crescimento de 9,8%) relativos a outras despesas de custeio e capital. As despesas com o FAT atingiram R\$ 2,0 bilhões, com variação de R\$ 41,5 milhões (2,1%), enquanto que os gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas cresceram R\$ 27,7 milhões (4,2%). As despesas com LOAS se mantiveram no mesmo patamar de abril.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Abr	Mai
Terceiro Decêndio	10.445,5	16.022,0
Primeiro Decêndio	2.122,4	1.783,6
Segundo Decêndio	5.719,9	4.710,4
Total	18.287,8	22.516,0

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/out.)	3,34%	3,04%
CIDE-Combustíveis	0,02%	0,07%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,06%
Demais	0,79%	1,00%
Total	4,21%	4,17%

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/10	MAI/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.312,3	10.168,8
CIDE-Combustíveis	454,7	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.677,1	3.620,8
Total	11.606,6	13.952,2

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	ABR/10	MAI/10
Agricultura	314,4	397,0
Custeio Agropecuário	4,2	4,9
Investimento Rural	1,0	0,5
Preços Agrícolas	198,1	277,9
- EGF	0,2	0,3
- AGF	135,9	185,2
- Sustent. de preços	62,0	92,4
Pronaf	24,5	-1,1
Pesa	2,3	58,2
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	68,0	44,1
FUNCAFÉ	16,2	12,5
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-29,8	13,7
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,4	-1,2
Exportação (Proex)	-28,5	14,9
Total	284,5	410,8

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

No caso das despesas do FAT, verificou-se execução de R\$ 2,0 bilhões em maio, contra gastos equivalentes realizados em abril. Esse desempenho observa o calendário de pagamento do abono referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/10	MAI/10
Pessoal e Encargos	11.972,0	12.412,9
Custeio e Capital	18.686,1	20.145,7
Despesas do FAT	1.976,5	2.018,0
Subsídios e Subvenções	651,3	679,0
LOAS/RMV	1.835,1	1.827,6
Outras	14.223,3	15.621,1
Transferência ao Bacen	99,9	95,5

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a pequena variação das despesas decorreu, principalmente, da execução dos Preços Agrícolas, especialmente nos Programas Aquisição do Governo Federal – AGF, com acréscimo de R\$ 49,4 milhões (36,3%) e de Sustentação de Preços, com acréscimo de R\$ 30,4 milhões (49,0%). Por outro lado, registrou redução o Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, no montante de R\$ 25,7 milhões (104,7%).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/10	MAI/10
Sentenças Judiciais	1.187,8	789,3
Legislativo	103,1	106,2
Judiciário	401,1	445,0
Crédito Extraordinário ¹	1.391,3	1.101,6
PAC ²	1.382,0	1.742,2
Outras ³	99,3	340,8
Discricionárias	9.658,5	11.095,9
d/q Min. da Saúde	4.197,1	4.540,2
Min. do Des. Social	1.408,4	1.244,3
Min. da Educação	1.183,2	1.576,4
Min. da Defesa	777,9	774,4
Min. da Ciência e Tec.	327,9	406,3
Min. do Des. Agrário	110,6	238,0
Min. da Justiça	290,0	311,1
Min. da Previdência	135,6	223,0
Min. dos Transportes	59,2	107,4
Min. das Cidades	264,4	50,6
Demais	904,0	1.624,2
Total	14.223,3	15.621,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo de R\$ 1,4 bilhão concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, com aumento de R\$ 1,4 bilhão (14,9%); no desempenho do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com crescimento de R\$ 360,2 milhões (26,1%); e nos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com aumento em R\$ 225,8 milhões. Por outro lado, registrou-se decréscimo de R\$ 398,5 milhões (33,6%) nas sentenças judiciais e precatórios de custeio e de R\$ 289,7 milhões (20,8%) em créditos extraordinários. Dentre as despesas discricionárias, destacaram-se os aumentos nos dispêndios dos Ministérios da Educação (R\$ 393,2 milhões), da Saúde (R\$ 343,2 milhões) e do Desenvolvimento Agrário (R\$ 127,4 milhões).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,19% do PIB até maio de 2010, contra 10,47 % no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 27,6 bilhões (21,5%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 22,4 bilhões (33,3%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 5,1 bilhões (8,4%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,47%	11,19%
Pessoal e Encargos	4,95%	4,72%
Custeio e Capital	5,49%	6,43%
Despesas do FAT	0,71%	0,67%
Subsídios e Subvenções ¹	0,11%	0,30%
LOAS/RMV	0,62%	0,65%
Outras	4,04%	4,82%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,23 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,95% em 2009, para 4,72% em 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 5,1 bilhões, sendo que houve acréscimo de 13,6% no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de 11,3% no Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 3,6 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,0 bilhões no mesmo período de 2009.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,23 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2010 relativamente a igual período de 2009.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,49% para 6,43% do PIB (acréscimo de 0,95 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,78 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’; ii) aumento em 0,18 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,03 p.p. nos dispêndios com

LOAS/RMV; e, iv) redução de 0,04 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT.

As despesas do FAT atingiram R\$ 9,3 bilhões nos cinco primeiros meses de 2010, contra R\$ 8,7 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de 6,6%. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 4,1 bilhões em 2010, contra R\$ 1,4 bilhão no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, da queda dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 6,0 milhões em 2010, contra R\$ 2,1 bilhões em 2009. Adicionalmente, houve elevação no período das despesas dos seguintes programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 374,6 milhões); ii) Fundo da Terra/Incrá (R\$ 214,1 milhões); iii) Sustentação de Preços (R\$ 185,3 milhões) e, iv) Investimento Rural (R\$ 113,0 milhões). Por outro lado, houve redução nos dispêndios de Custeio Agropecuário (R\$ 164,6 milhões) e do Pronaf (R\$ 133,2 milhões). Adicionalmente, o Programa de Exportação (PROEX) apresentou retorno líquido de R\$ 161,9 milhões em 2010, contra despesas de R\$ 41,2 milhões em 2009 (variação de R\$ 203,1 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,4 bilhão (18,6%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no primeiro quadrimestre de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
mai/01	1.244.602	-	421.223	-	823.380	-
mai/02	1.385.071	11%	496.463	18%	888.609	8%
mai/03	1.591.721	15%	603.991	22%	987.730	11%
mai/04	1.788.734	12%	739.440	22%	1.049.294	6%
mai/05	2.111.718	18%	965.206	31%	1.146.512	9%
mai/06	2.331.776	10%	1.096.917	14%	1.234.859	8%
mai/07	2.515.111	8%	1.205.739	10%	1.309.373	6%
mai/08	2.735.309	9%	1.321.712	10%	1.413.597	8%
mai/09	2.990.468	9%	1.452.987	10%	1.537.481	9%
mai/10	3.220.047	8%	1.558.654	7%	1.661.393	8%

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	1.957,9	2.571,9
Custeio Agropecuário	184,3	19,7
Investimento Rural	-103,0	10,0
Preços Agrícolas	1.016,5	1.652,7
- EGF	11,1	87,3
- AGF	603,9	978,5
- Sustent. de preços	401,5	586,8
Pronaf	346,7	213,5
Pesa	163,5	122,0
Cacau	0,7	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	276,8	490,9
FUNCAFÉ	39,6	63,1
Revitaliza	32,8	0,0
Outros	-2.051,8	-167,9
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2.092,9	-6,0
Exportação (Proex)	41,2	-161,9
Total	-93,8	2.404,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos
² Dados revisados

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.620,8	2.076,4
Legislativo	447,8	477,8
Judiciário	1.794,1	2.027,8
Crédito Extraordinário ¹	789,5	3.362,5
PAC ²	3.767,2	7.121,0
Outras ³	331,8	1.189,7
Discionárias	40.877,4	51.084,5
d/q Min. da Saúde	19.641,7	21.148,4
Min. do Des. Social	5.588,5	6.964,7
Min. da Educação	4.094,1	6.876,5
Min. da Defesa	2.781,0	4.676,1
Min. da Ciência e Tec.	1.155,7	1.518,4
Min. do Des. Agrário	830,6	903,9
Min. da Justiça	878,8	1.198,9
Min. da Previdência	603,0	857,3
Min. dos Transportes	379,0	554,6
Min. das Cidades	330,0	537,7
Demais	4.595,2	5.847,8
Total	49.628,7	67.339,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 16,7 bilhões (incremento de 79,9%) em relação ao exercício de 2009.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 17,7 bilhões (35,7%) nos primeiros cinco meses de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 10,2 bilhões (25,0%); o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 3,4 bilhões (89,0%); os Créditos Extraordinários, com aumento de R\$ 2,6 bilhões (325,9%); e os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com incremento de R\$ 724,4 milhões. Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 2,8 bilhões), da Defesa (R\$ 1,9 bilhão), da Saúde (R\$ 1,5 bilhão) e do Desenvolvimento Social (R\$ 1,4 bilhão). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 16,7 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 7,4 bilhões (79,9%) em relação ao ano de 2009. Ressalta-se, ainda, a elevação de R\$ 455,6 milhões nas sentenças judiciais e precatórios de custeio no ano (R\$ 2,1 bilhões em 2010 ante R\$ 1,6 bilhão em 2009).

O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros cinco meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 13,4 bilhões, equivalentes a 33,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 26,8% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 5,5 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 21,6% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 3,1 bilhões), da Educação (R\$ 2,9 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,6 bilhão), destacando os projetos Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 253,0 milhões), Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (R\$ 180,9 milhões) e Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 202,1 milhões).

Previdência Social

Em maio, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões contra um déficit de R\$ 3,0 bilhões em abril (redução de 14,0%). Nos primeiros cinco meses do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 1,9 bilhões (10,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	ABR	MAI	JAN-MAI	
	2010	2010	2009	2010
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	16.330,1	16.581,7	67.901,2	78.078,1
Arrecadação Bruta	18.008,3	18.284,6	76.193,1	87.501,5
- Contribuição Previdenciária	16.130,7	16.460,6	69.768,1	79.161,6
- Simples	1.481,9	1.450,5	4.788,5	7.116,1
- CFT	60,3	63,8	288,9	237,1
- Depósitos Judiciais	324,6	299,5	1.230,4	935,3
- Refis	10,8	10,3	117,1	51,3
(-) Restituição/Devolução	-70,0	-59,7	-195,1	-240,6
(-) Transferências a Terceiros	-1.608,3	-1.643,2	-8.096,8	-9.182,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	19.341,9	19.171,2	85.795,8	97.895,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.011,8	-2.589,5	-17.894,7	-19.817,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,46%	-1,42%

Em maio de 2010, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões, 14,0% inferior ao registrado no mês anterior.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 16,6 bilhões em maio, apresentando um crescimento de R\$ 251,7 milhões (1,5%) frente aos ingressos líquidos de abril. Em relação aos primeiros cinco meses de 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 10,2 bilhões (15,0%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e abril de 2010 foi 10,0% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios em maio alcançaram o montante de R\$ 19,2 bilhões, mantendo-se estável em relação a abril (redução de 0,9%). Em relação aos primeiros cinco meses de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 12,1 bilhões (14,1%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 56,31 (8,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 691,6 mil (3,0%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e maio de 2010 registrou um aumento de R\$ 740,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 4,0 bilhões em 2009 para R\$ 4,8 bilhões este ano.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a maio de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 6,60% do PIB; em 2010, correspondem a 7,01%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,14 ponto percentual do PIB por ano.

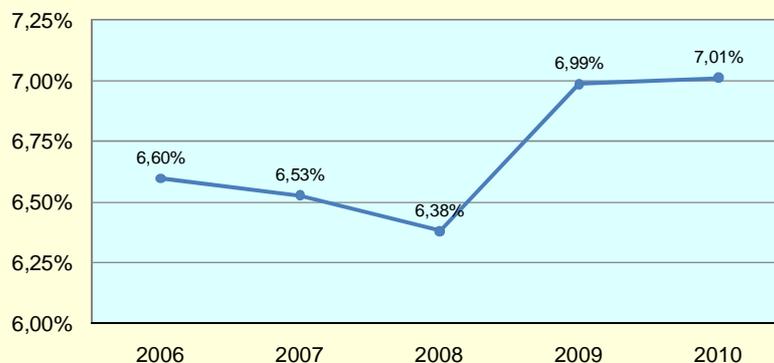
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAI (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	67.901,2	78.078,1	15,0%
Urbano	66.061,4	76.197,8	15,3%
Rural	1.839,7	1.880,2	2,2%
Benefícios	85.795,8	97.895,3	14,1%
Urbano	68.673,7	78.385,3	14,1%
Rural	17.122,2	19.509,9	13,9%
Res. Primário	-17.894,7	-19.817,2	10,7%
Urbano	-2.612,2	-2.187,5	-16,3%
Rural	-15.282,4	-17.629,7	15,4%

Nos primeiros 5 meses do ano, o déficit atingiu R\$ 19,8 bilhões, frente a R\$ 17,9 bilhões em 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,46% em 2009 para 1,42% em 2010.

Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,14 p.p. por ano, passando de 6,60% do PIB entre janeiro a maio de 2006 para 7,01% do PIB no mesmo período de 2010.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2006-2010 (% do PIB) - janeiro a maio



No estoque de benefícios dos primeiros cinco meses de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 507,3 mil aposentadorias (3,4%) e de 154,6 mil pensões por morte (2,4%), bem como a redução de 95,0 mil benefícios de auxílio-doença (7,4%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, MÉDIA JAN-MAI

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	22,9	23,6	3,0%
Valor médio RGPS**	654,3	710,6	8,6%

(*) em milhões
 (**) em R\$ 1,00

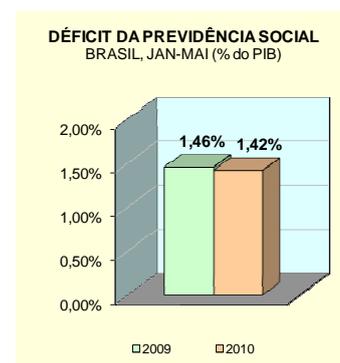
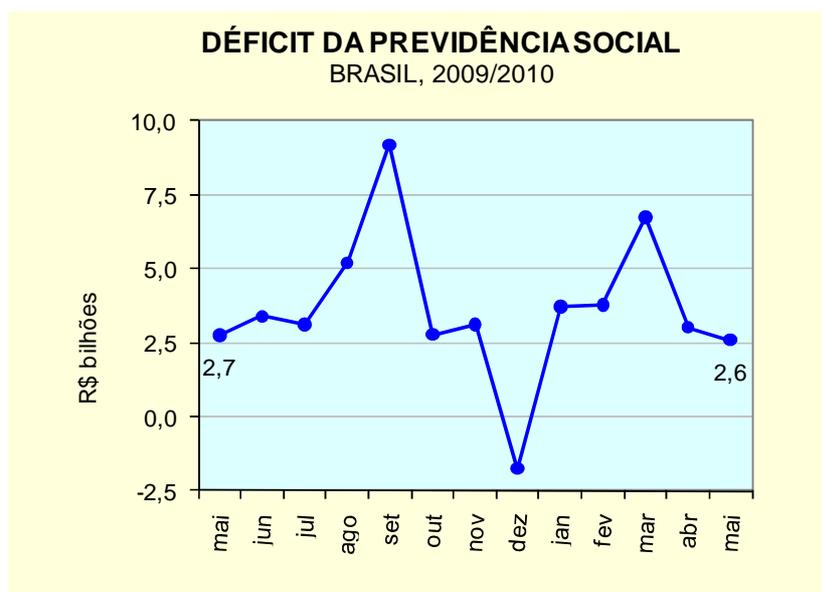
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,53%	5,59%
Urbano	5,38%	5,46%
Rural	0,15%	0,13%
Benefícios	6,99%	7,01%
Urbano	5,59%	5,61%
Rural	1,39%	1,40%
Res. Primário	-1,46%	-1,42%
Urbano	-0,21%	-0,16%
Rural	-1,24%	-1,26%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, 2009-2010

	Em mil benefícios			
	ABR		MAI	
	2010	2010	2009	2010
Benefícios do RGPS	23.722	23.797	23.045	23.621
Previdenciários	22.931	23.001	22.241	22.834
Aposentadorias	15.236	15.272	14.680	15.182
Idade	7.949	7.969	7.625	7.920
Invalidez	2.921	2.925	2.861	2.913
Tempo de contribuição	4.366	4.378	4.194	4.350
Pensão por morte	6.511	6.520	6.337	6.493
Auxílio-Doença	1.058	1.080	1.111	1.037
Salário - maternidade	72	74	65	68
Outros	55	55	48	54
Acidentários	791	796	804	787
Aposentadorias	162	162	156	161
Pensão por morte	126	126	128	126
Auxílio - doença	153	157	170	150
Auxílio - acidente	277	277	273	276
Auxílio - suplementar	74	73	77	74

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,06 p.p. contra um crescimento dos gastos com benefícios previdenciários de 0,02 p.p em relação ao período de janeiro a maio de 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,42% do PIB, 0,04 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.



Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 886,9 bilhões, o equivalente a 25,8% do PIB, reduzindo-se em 0,2 p.p. comparativamente ao mês anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 886,9 bilhões em maio, o correspondente a 25,8 % do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 13,2 bilhões, em termos nominais, decorrente do aumento de R\$ 10,6 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 2,6 bilhões na dívida externa líquida. Em relação ao PIB, houve redução de 0,2 ponto percentual no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	MAI	ABR	MAI
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	557.927	781.802	792.401
I.1. Dívida Interna	1.750.014	2.145.911	2.183.702
I.2. Haveres Internos	1.192.088	1.364.108	1.391.301
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	113.759	91.901	94.475
II.1. Dívida Externa	114.058	92.158	94.853
II.2. Haveres Externos	299	257	378
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	671.686	873.704	886.876
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB^{\1}	22,1%	26,0%	25,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB aumentou 3,7 pontos percentuais, passando de 22,1% em maio de 2009 para 25,8% em maio de 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 215,2 bilhões, no mesmo período, resultado do crescimento de R\$ 234,5 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da queda de R\$ 19,3 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de maio com um saldo de R\$ 792,4 bilhões, o equivalente a 23,0% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 10,6 bilhões em termos nominais, resultado do aumento de R\$ 37,8 bilhões no estoque da dívida interna, parcialmente compensado pela elevação de R\$ 27,2 bilhões nos haveres internos. Em relação ao PIB, houve redução de 0,2 p.p. no período.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 4,7 p.p., passando de 18,4% em maio de 2009 para 23,0% em maio de 2010. Em termos nominais, observou-se um crescimento de R\$ 234,5 bilhões, resultado do aumento de R\$ 433,7 bilhões

no estoque da dívida interna compensado em grande parte pelo crescimento de R\$ 199,2 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

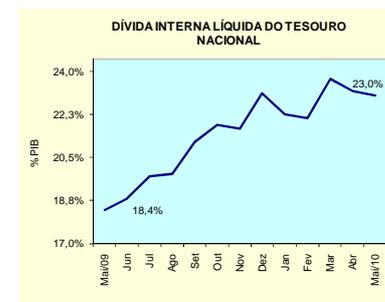
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	MAI	ABR	MAI
I. DÍVIDA INTERNA	1.750.014	2.145.911	2.183.702
I.1. Dívida Mobiliária	1.728.211	2.129.865	2.167.880
DPMFi em Poder do Público ¹	1.274.255	1.492.913	1.519.563
DPMFi em Poder do Banco Central	475.565	661.210	673.435
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(21.609)	(24.258)	(25.117)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.803	16.045	15.822
II. HAVERES INTERNOS	1.192.088	1.364.108	1.391.301
II.1. Disponibilidades Internas	375.964	369.467	383.570
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	443.091	445.301	447.019
II.3. Haveres da Administração Indireta	210.098	221.746	223.751
II.4. Haveres Administrados pela STN	162.935	327.594	336.961
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	557.927	781.802	792.401
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	18,4%	23,2%	23,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), deduzidas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, cresceu R\$ 38,0 bilhões comparativamente ao mês anterior (em relação ao PIB, diminuiu 0,2 p.p.). Esse aumento da DPMFi está associado à apropriação de juros no valor de R\$ 21,1 bilhões e à emissão líquida de R\$ 17,7 bilhões, reflexo, em parte, da emissão de R\$ 5,8 bilhões decorrente da concessão de crédito ao BNDES ao amparo da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009. Em relação a maio do ano anterior, o aumento foi de R\$ 439,7 bilhões em termos nominais, ou 6,1 p.p. em proporção do PIB, passando de 53,9% para 63,0% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 26,6 bilhões, em decorrência das emissões líquidas de R\$ 11,8 bilhões, mais a apropriação de juros no total de R\$ 14,8 bilhões. Na carteira do Banco Central houve crescimento de R\$ 12,2 bilhões, conseqüência da emissão líquida no valor de R\$ 5,9 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 6,3 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LTN (aumento de R\$ 10,1 bilhões), de NTN-F (aumento de R\$ 9,6 bilhões) e LFT (aumento de R\$ 5,9 bilhões).

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2009/2010

Título	R\$ bilhões		
	2009	2010	
	MAI	ABR	MAI
Em Poder do Público	1.274	1.493	1.520
LFT	501	537	543
LTN	200	272	282
NTN-B	292	368	367
NTN-C	58	59	60
NTN-F	180	220	229
Demais ¹	43	38	38
Aplic. em Tít. Púb.	-22	-24	-25
Na carteira do BCB	476	661	673
Total	1.728	2.130	2.168
% PIB	56,9%	63,3%	63,0%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Interna Líquida diminuiu 0,2 p.p. do PIB em maio, passando de 23,2% em março para 23,0% neste mês.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2009/2010			
Discriminação	R\$ bilhões		
	2009		2010
	MAI	ABR	MAI
Lei 9.496/97	317,2	325,2	326,7
MP 2.185/01	50,2	52,0	52,4
Lei 8.727/93	39,8	36,4	36,1
Antecipação de Royalties	11,5	10,2	9,9
Bônus Renegociados	7,3	5,7	6,0
Lei 7.976/89	0,8	0,0	0,0
Demais Haveres	16,3	15,8	15,9
Total	443,1	445,3	447,0
% PIB	14,6%	13,2%	13,0%

TABELA 6 VARIÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*) BRASIL, MAI/2010					
Título	Saldo Abr/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Mai/10
Em poder do público	1.492,9	21,3	-9,5	14,8	1.519,6
LFT	536,7	2,1	-0,2	4,0	542,6
LTN	272,1	7,7	0,0	2,5	282,2
NTN-B	368,1	3,7	-8,7	4,3	367,4
NTN-C	58,9	0,0	0,0	1,2	60,1
NTN-F	219,5	7,4	-0,1	2,2	229,1
Demais ¹⁴	37,6	0,4	-0,5	0,7	38,2
Na carteira do BCB	661,2	8,9	-3,0	6,3	673,4
Total	2.154,1	30,2	-12,5	21,1	2.193,0

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 27,2 bilhões em relação ao mês anterior. Esse comportamento é resultado do aumento de R\$ 14,1 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 9,4 bilhões nos haveres administrados pela STN, de R\$ 2,0 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 1,7 bilhão nos haveres junto aos governos regionais.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA BRASIL, 2009/2010			
Entidade	R\$ bilhões		
	2009		2010
	MAI	ABR	MAI
FAT	137,0	141,1	142,5
Fundos Regionais	47,3	53,4	54,0
Demais	25,8	27,3	27,2
Total	210,1	221,7	223,8

Nos haveres administrados pela STN, o principal aumento se deu no saldo dos ativos de legislação específica, resultado da concessão de créditos ao BNDES no valor de R\$ 5,8 bilhões, por meio da emissão de títulos públicos, conforme Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009.

Nos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 1,4 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 654,8 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais e redução de R\$ 77,4 milhões nos Fundos Diversos.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, aumentaram os saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, que juntas representaram um crescimento de R\$ 1,9 bilhão. Por outro lado, reduziu-se o saldo das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 8.727/93, em R\$ 306,8 milhões e o saldo da antecipação de royalties em R\$ 219,6 milhões.

Dívida Externa Líquida

Em maio, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 94,5 bilhões, contra R\$ 91,9 bilhões em abril. Houve redução de R\$ 2,6 bilhões em termos nominais, sem alteração em relação ao PIB. A variação nos valores nominais resultou da apropriação positiva de juros no valor de R\$ 580,4

milhões, da variação cambial positiva no montante de R\$ 3,4 bilhões e do resgate líquido de R\$ 1,3 bilhão.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	MAI	ABR	MAI
I. DÍVIDA EXTERNA	114.058	92.158	94.853
I.1. Dívida Mobiliária	88.518	72.913	75.011
Euro	10.535	7.080	6.850
Global US\$	67.039	54.895	57.114
Global BRL	10.664	10.748	10.847
Demais	279	190	200
I.2. Dívida Contratual	25.540	19.245	19.842
Organismos Internacionais	21.550	16.202	16.651
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.990	3.043	3.191
II. HAVERES EXTERNOS	299	257	378
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	299	257	378
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	113.759	91.901	94.475
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,7%	2,7%	2,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em maio de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 94,5 bilhões, equivalentes a 2,7% do PIB, contra R\$ 113,7 bilhões (3,7% do PIB) em maio do ano anterior.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 19,2 bilhões, passando de R\$ 113,8 bilhões em maio de 2009 para R\$ 94,5 bilhões em maio de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 1,0 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, ABR/2010

Discriminação	Estoque Abr/10	Fatores de Variação				Estoque Mai/10
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	72.913	0	(1.038)	534	2.602	75.011
Global US\$	54.895	0	(965)	409	2.775	57.114
Euro	7.080	0	(73)	26	(182)	6.850
Global BRL	10.748	0	0	98	0	10.847
Demais	190	0	0	1	9	200
Dívida Contratual	19.245	10	(306)	46	847	19.842
Org. Internacionais	16.202	10	(268)	32	675	16.651
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.043	0	(38)	14	172	3.191
Total	92.158	10	(1.344)	580	3.449	94.853

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 79,1% (R\$ 75,0 bilhões); e a dívida contratual representa 20,9% (R\$ 19,8 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Maio 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Mai/2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2010
I. RECEITA TOTAL	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,2	62.550,3	78.569,9	65.494,7
I.1. Receitas do Tesouro	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1	46.492,6	62.054,3	48.725,5
I.1.1. Receita Bruta	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5
- Impostos	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6
- Contribuições	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6
- Demais ¹	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3
I.1.2. (-) Restituições	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9	16.330,1	16.581,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8
I.3. Receitas do Banco Central	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8	174,8	185,5	187,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0	11.606,6	13.952,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,0	9.312,3	6.968,0	8.312,3	10.168,8
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0
II.4. Demais	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (-II)	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.730,2	45.392,3	58.463,5	62.063,4	65.751,3	63.248,5	44.153,9	53.535,3	66.963,3	51.542,5
IV. DESPESA TOTAL	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	63.830,6	49.382,1	45.339,0	58.094,8	50.366,4	52.052,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4	11.972,0	12.412,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3	19.341,9	19.171,2
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3
IV.3. Custeio e Capital	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.657,2	17.126,8	13.929,4	19.938,8	18.686,1	20.145,7
IV.3.1. Despesa do FAT	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.492,6	2.101,1	1.425,6	1.799,6	2.077,7	1.799,6	2.077,7	2.018,0
- Abono e Seguro Desemprego	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0
- Demais Despesas do FAT	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,2	44,4	39,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	679,0
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	268,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.832,0	1.835,1	1.827,6
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.397,1	14.950,5	14.223,3	15.621,1
- Outras Despesas de Custeio	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7	9.691,5	8.583,3	9.959,1	11.411,9	10.287,8	6.815,5	10.878,7	10.933,6	11.733,0
- Outras Despesas de Capital ⁶	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7	3.301,3	3.373,3	3.223,7	6.972,7	2.859,9	2.581,6	4.071,8	3.289,7	3.888,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2	96,3	99,9	95,5
IV.5. Despesas do Banco Central	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4	290,9	266,5	226,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-								
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-366,9	-618,2	1.509,6	3.382,7	-7.813,7	11.234,9	10.662,8	1.920,7	13.866,4	-1.185,0	-4.559,4	16.596,9	-509,7
VI.1. Tesouro Nacional	2.396,4	2.789,6	4.667,0	8.628,4	1.421,1	14.078,5	13.868,1	232,5	17.582,8	2.565,7	2.283,0	19.689,6	2.119,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5	-9.172,8	-2.774,2	-3.116,3	1.756,5	-3.708,4	-3.781,1	-6.726,4	-3.011,8	-2.589,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1	-4.874,9	344,6	453,3	6.049,7	-526,8	-317,5	-2.590,8	444,6	803,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4	-4.297,9	-3.118,8	-3.569,6	-4.293,1	-3.181,6	-3.463,6	-4.135,6	-3.456,4	-3.392,5
VI.3. Banco Central ⁹	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2	-62,0	-69,4	-89,0	-68,3	-8,0	30,3	-116,0	-80,9	-39,3
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	99,0	155,8	26,6	0,0	0,0	134,6	134,6	24,2	155,5	0,0	3,6	60,4	150,8
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-22,8	-674,3	154,5	515,8	-206,2	7,6	-84,9	-109,6	-484,0	484,0	643,5	-129,2	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	-290,8	-1.136,7	1.690,8	3.898,5	-8.019,9	11.377,1	10.712,4	1.835,3	13.537,9	-701,0	-3.912,3	16.528,2	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	-13.191,4	-14.336,1	-11.491,3	-12.984,3	-11.793,9	-11.757,5	-8.150,6	-10.698,7	-9.473,7	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	-9.292,9	-22.356,0	-114,2	-2.271,9	-9.958,6	1.780,3	-8.851,6	-14.611,0	7.054,5	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6
RMV ⁵	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mai/2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2010
I. RECEITA TOTAL	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,2	62.550,3	78.569,9	65.494,7
I.1. Receitas do Tesouro	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1	46.492,6	62.054,3	48.725,5
I.1.1. Receita Bruta	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5
I.1.1.1. Impostos	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6
IR	12.755,0	16.385,1	16.492,3	11.942,3	12.698,2	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3
IR - Pessoa Física	1.507,4	1.246,2	1.098,0	1.291,5	1.301,4	1.342,4	1.291,6	718,9	667,8	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3
IR - Pessoa Jurídica	4.950,5	5.818,4	8.315,3	4.558,9	5.270,7	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6
IR - Retido na Fonte	6.297,2	9.320,5	7.079,1	6.091,8	6.126,1	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5
IRRF - Rendimentos do Trabalho	3.811,0	4.119,8	3.954,5	3.966,6	3.864,6	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4
IRRF - Rendimentos do Capital	1.359,7	4.146,8	1.534,7	960,8	1.049,4	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6
IRRF - Remessas ao Exterior	670,4	614,8	1.151,1	654,6	639,9	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1	840,2	750,4	1.366,0
IRRF - Outros Rendimentos	456,1	439,0	438,8	509,8	572,2	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9	492,5	536,8	554,5
IPI	2.136,0	2.407,4	2.449,6	2.441,5	2.656,2	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4
IPI - Fumo	111,3	358,0	280,3	279,5	281,5	310,4	311,1	305,4	339,9	318,6	295,3	319,8	282,6
IPI - Bebidas	176,7	169,8	185,4	177,4	174,9	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6	168,7	180,1	182,9
IPI - Automóveis	144,7	170,3	199,6	174,0	195,7	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2	282,4	436,3	519,5
IPI - Vinculado a importação	636,3	636,1	640,4	631,9	717,4	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8	905,2	802,8	902,4
IPI - Outros	1.067,0	1.073,2	1.144,0	1.178,7	1.286,6	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1
IOF	1.451,5	1.505,3	1.628,9	1.571,9	1.453,3	1.581,5	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9
Imposto de Importação	1.149,8	1.149,6	1.244,9	1.290,9	1.378,0	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2
Outros	9,7	8,5	7,0	11,3	267,7	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8	8,1	8,5	7,7
I.1.1.2. Contribuições	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6
COFINS	8.867,6	9.399,5	9.831,3	9.832,2	10.260,1	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5
CPMF	13,0	11,8	10,7	32,6	39,0	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1	5,0	4,0	3,7
CSLL	2.611,0	2.757,8	4.355,8	2.573,6	3.306,2	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1
CIDE-Combustíveis	359,1	379,7	529,9	603,4	609,6	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1	586,2	562,4	530,5
Pis/Pasep	2.437,1	2.548,8	2.586,4	2.576,9	2.807,7	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4
Salário Educação	719,5	748,4	756,8	745,6	784,3	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1	823,9	826,0	838,4
Outras	294,2	313,0	428,5	319,0	352,1	313,5	345,5	462,8	304,0	447,9	447,9	346,1	346,1
I.1.1.3. Demais	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3
CPSS ¹	685,8	679,8	746,2	742,4	704,1	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2	759,1	770,3	784,5
Cota parte de compensações financeiras	839,1	1.063,3	2.884,4	938,3	1.156,9	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9
Diretamente arrecadadas	1.863,3	1.630,6	2.029,5	1.630,0	1.772,8	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4	2.488,7
Concessões	1.170,5	42,7	111,6	7,3	1.150,1	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1	19,0	15,3	130,3
Dividendos	3.755,7	1.135,9	1.719,6	7.814,3	37,9	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3
Outras	1.174,6	540,4	457,1	2.110,0	-1.208,5	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6
I.1.2. (-) Restituições	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9	16.330,1	16.581,7
Urbana	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9
Rural	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8
I.3. Receitas do Banco Central	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8	174,8	185,5	187,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0	11.606,6	13.952,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0
II.4. Demais	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8
II.4.1. Salário Educação	453,3	431,7	449,0	454,1	447,4	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2	498,7	494,3	495,6
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	1.328,7	622,0	676,8	1.750,8	764,8	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2
II.4.3. Fundef/Fundeb	780,0	1.460,0	0,0	480,0	283,2	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1	441,1	441,1	788,4
II.4.4. Outras	765,0	209,5	21,1	12,1	16,9	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7	12,7	868,8	12,7

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

	Mai/2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2010
I. DESPESA TOTAL	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	63.830,6	49.382,1	45.339,0	58.094,8	50.366,4	52.052,2
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4	11.972,0	12.412,9
I.2. Benefícios Previdenciários	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3	19.341,9	19.171,2
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3
I.3. Custeio e Capital	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.657,2	17.126,8	13.929,4	19.938,8	18.686,1	20.145,7
I.3.1. Despesa do FAT	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,7	1.976,5	2.018,0
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,2	44,4	39,0
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	679,0
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,8
Equalização de custeio agropecuário	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4	4,3	4,2	4,9
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1	0,7	1,0	0,5
Política de preços agrícolas	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3	270,4	439,0	198,1	277,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2	0,2	0,2	0,3
Equalização Aquisições do Governo Federal	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	200,2	197,6	135,9	185,2
Garantia à Sustentação de Preços	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0	241,2	62,0	92,4
Pronaf	106,1	22,4	28,5	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9	149,2	24,5	-1,1
Equalização Empréstimo do Governo Federal	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3	138,5	4,2	5,5
Concessão de Financiamento ⁵	-3,4	15,8	20,2	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5	10,7	20,4	-6,6
Proex	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3	6,4	-28,5	14,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5	30,7	7,4	18,6
Concessão de Financiamento ⁵	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0	32,1	2,3	58,2
Cacau	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1	66,8	68,0	44,1
Funcafé	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4	9,0	16,2	12,5
Revitaliza	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2
Capitalização à Emgea	0,0	162,7	119,1	144,6	138,8	0,0	0,0	0,0	110,9	150,4	150,6	85,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	268,2
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6
I.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.397,1	14.950,5	14.223,3	15.621,1
I.3.4.1. Sentenças Judiciais	15,1	17,5	30,8	9,4	17,4	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7	83,5	1.187,8	789,3
I.3.4.2. Legislativo/Judiciário	452,2	446,4	464,0	433,5	441,6	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1	581,0	504,2	551,2
Legislativo	90,8	87,2	80,9	92,3	84,9	73,6	93,2	111,8	73,5	87,3	107,7	103,1	106,2
Judiciário	361,4	359,1	383,2	341,2	356,7	347,5	359,2	484,6	361,6	346,8	473,3	401,1	445,0
I.3.4.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	189,8	761,2	176,6	212,5	326,5	131,6	146,4	262,1	339,9	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6
I.3.4.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.180,8	1.064,3	1.692,2	1.208,6	1.760,1	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.059,3	1.207,8	1.729,6	1.382,0	1.742,2
I.3.4.5. Outras Obrigatórias	80,7	71,4	284,5	241,5	31,0	121,3	160,5	236,0	456,6	63,6	229,3	99,3	340,8
I.3.4.6. Discricionárias	9.411,7	9.114,9	9.064,1	8.595,8	10.416,3	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.847,6	7.543,1	11.939,3	9.658,5	11.095,9
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2	96,3	99,9	95,5
I.5. Despesas do Banco Central	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4	290,9	266,5	226,8
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6
RMV ⁷	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

	Mai/2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	62.253,4	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.555,2	62.503,3	68.046,2	73.282,3
I.1 - Recolhimento Bruto	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	-89,4	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3
I.5 - Receita do Salário Educação	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	67.537,3	63.967,7	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	68.407,7	54.442,8	58.358,0	52.021,6	60.755,6
II.1 - Liberações Vinculadas	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.849,4	12.847,7	10.131,6	13.431,6	14.233,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8	12,7
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	1.762,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7
II.2 - Liberações Ordinárias	52.769,5	49.721,8	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.558,3	41.595,1	48.226,4	38.590,0	46.522,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.083,4	15.314,6	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9	2.249,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.513,1	719,4	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,3	938,6	1.503,1	590,1
i) Dívida Contratual Interna	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3
ii) Dívida Contratual Externa	2.422,1	617,9	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	496,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.219,2	7.209,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.041,7	21.868,4	22.834,0	18.841,5	19.380,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	12.020,9	13.544,0	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.322,6	15.101,1	15.998,1	16.887,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-5.283,9	-6.641,3	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.852,7	14.112,4	4.145,4	16.024,7	12.526,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	32.074,9	50.618,1	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2	31.246,1	77.921,7	35.490,2	14.882,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	30.707,0	49.166,2	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	29.365,5	76.687,8	34.145,7	13.640,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6
V. DESPESAS	27.050,4	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.777,8	35.107,0	19.201,3	2.437,0
V.1 - Amortização da Dívida Interna	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	656,0	34.462,3	17.897,8	720,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.700,8	520,0
V.1.2 - Dívida Contratual	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	185,5	191,9	197,0	200,0
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.083,7	2.333,0	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.303,4	1.717,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	5.919,6	35.293,2	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	28.895,1	42.417,4	16.444,8	13.120,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	6.160,9	12.292,4	-12.607,4	9.438,0
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	6.337,4	27.829,4	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-98.551,2	49.741,6	59.252,4	19.706,2	34.410,7

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Mai/2009	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	17.396,8	3.735,8	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5	8.160,9	12.292,4	3.092,6	12.433,2
I.1. Emissão de Títulos	14.003,8	222,8	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	5.137,4	8.934,5	0,0	8.934,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0	0,0	-15.700,0	-2.995,2
II.1. Resgate de Títulos	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0	-2.995,2
III. RESULTADO (I - II)	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	10.160,9	12.292,4	18.792,6	15.428,3

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Mai/09	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.838,4	666.548,8	724.439,9	711.371,8	721.828,9	787.551,2	781.802,4	792.400,7
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1
DPMFi em Poder do Público ¹	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6
DPMFi em Poder do Banco Central	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4
Demais Obrigações Internas	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3
I.2. HAVERES INTERNOS	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.108,2	1.391.301,4
Disponibilidades Internas	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.570,4
Haveres junto aos Governos Regionais	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1
Haveres da Administração Indireta	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.745,8	223.751,1
Haveres Administrados pela STN	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.960,7
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0	91.901,3	94.475,2
II.1. DÍVIDA EXTERNA	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1
Dívida Mobiliária	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9
Dívida Contratual	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1
II.2. HAVERES EXTERNOS	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.203,2	768.272,6	823.183,6	813.006,5	818.857,5	882.030,2	873.703,7	886.875,9
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	22,1%	22,5%	23,3%	23,4%	24,5%	25,2%	25,0%	26,3%	25,4%	25,1%	26,6%	26,0%	25,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Mai/09	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/10
I. DÍVIDA INTERNA	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6
LFT	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5
LTN	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3
NTN-B	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7
NTN-C	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0
NTN-F	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7
Dívida Securitizada	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4
Demais Títulos em Poder do Público	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7
LFT	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4
LTN	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4
Demais Títulos na Carteira do BCB	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3
II. DÍVIDA EXTERNA	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9
Euro	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5
Global US\$	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7
Global BRL	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7
Demais Títulos Externos	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1
Organismos Multilaterais	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4
III. DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4	2.238.068,8	2.278.555,2
DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹²	61,4%	63,7%	64,5%	66,1%	66,3%	66,3%	66,4%	68,2%	64,2%	64,0%	64,8%	66,5%	66,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mai/09	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/10
I. HAVERES INTERNOS	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.108,2	1.391.301,4
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.570,4
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1
Bônus Renegociados	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7
Antecipação de Royalties	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.745,8	223.751,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8
Fundos Constitucionais Regionais	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.378,4	54.033,1
Fundos Diversos	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.960,7
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.599,5
Haveres de Operações Estruturadas	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	51.408,6
Haveres Originários de Privatizações	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,8
Haveres de Legislação Específica	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.194,7
Demais Haveres Administrados pela STN	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1
II. HAVERES EXTERNOS	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.347,5	1.274.401,7	1.313.375,3	1.238.808,9	1.272.614,1	1.270.603,2	1.364.365,1	1.391.679,3
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	39,3%	41,2%	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,4%	41,9%	38,7%	39,0%	38,3%	40,5%	40,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MAIO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	273.212,6	17.690,4	615,0	606,8	16.039,4	16.646,2	158.279,2	24.504,9	1.045,5	922,4	8.570,7	9.493,0
Senado Federal	47.287,9	9.245,7	1.146,7	991,7	3.057,5	4.049,2	60.063,0	7.233,3	1.252,1	1.248,3	3.330,1	4.578,4
Tribunal de Contas da União	44.069,8	2.691,5	247,5	247,5	9.626,5	9.874,0	59.523,7	31.432,9	912,7	911,9	14.476,1	15.388,0
Supremo Tribunal Federal	69.559,6	3.525,2	933,7	933,7	22.929,0	23.862,7	61.290,1	6.071,3	648,8	644,8	5.990,3	6.635,1
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	3.299,8	2.116,0	2.082,7	7.580,8	9.663,5	19.949,9	4.161,0	3.485,3	3.483,7	11.014,0	14.497,7
Justiça Federal ³	283.878,4	273.450,1	237.128,2	236.988,9	66.561,3	303.550,2	364.506,3	487.748,3	290.428,6	290.400,5	76.661,9	367.062,5
Justiça Militar	10.665,7	1.825,4	140,8	139,0	921,1	1.060,1	9.484,0	498,5	176,4	176,4	3.213,9	3.390,3
Justiça Eleitoral	168.302,9	71.784,6	2.239,3	2.131,4	82.256,9	84.388,3	450.944,4	118.093,8	7.493,6	7.246,2	98.193,0	105.439,2
Justiça do Trabalho	224.449,0	44.605,5	6.701,0	6.376,4	85.900,6	92.276,9	189.482,7	37.119,0	5.857,7	5.748,1	61.762,6	67.510,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.496,0	24.810,1	2.059,5	2.010,1	13.808,1	15.818,2	47.836,2	4.917,6	2.112,5	1.635,8	17.041,0	18.676,9
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	46.253,0	4.372,8	16,8	16,8	17.602,7	17.619,5
Presidência da República ⁴	1.792.968,1	341.166,7	19.270,2	19.137,7	215.370,3	234.508,0	1.786.732,1	446.647,2	53.595,8	53.155,1	257.983,5	311.138,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	389.018,3	19.979,1	544,1	542,7	15.834,0	16.376,7	838.003,8	72.350,2	44.033,0	43.771,2	237.930,1	281.701,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.169.200,4	34.248,2	8.980,0	8.244,7	148.969,5	157.214,2	1.518.632,8	225.859,1	7.943,4	4.669,1	143.607,7	148.276,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.476.637,5	367.356,3	218.472,5	113.150,1	163.950,0	277.100,2	1.875.147,5	346.921,1	86.805,2	68.007,2	235.045,7	303.052,9
Ministério da Fazenda	497.576,6	38.880,6	12.114,0	12.109,5	39.034,2	51.143,6	960.015,3	27.083,7	8.428,4	7.772,4	139.214,0	146.986,4
Ministério da Educação	4.690.497,6	648.515,6	84.050,0	77.857,5	843.526,0	921.383,5	6.599.115,1	1.003.330,1	138.178,2	123.207,8	1.999.890,9	2.123.098,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	171.921,0	8.940,5	5.684,7	4.939,2	8.202,2	13.141,4	316.168,1	10.648,2	986,8	968,6	6.077,5	7.046,1
Ministério da Justiça	906.476,7	104.794,5	6.716,8	6.674,2	193.650,4	200.324,6	1.191.464,0	105.612,0	3.041,4	2.054,6	216.360,3	218.414,8
Ministério de Minas e Energia	67.664,4	11.944,5	5.626,1	4.919,5	13.357,6	18.277,1	200.090,6	11.085,2	2.260,8	2.023,7	18.943,1	20.966,8
Ministério da Previdência Social	239.477,7	10.538,6	612,1	192,7	60.008,3	60.201,0	165.808,7	31.700,2	8.126,6	7.293,8	142.951,4	150.245,1
Ministério Público da União	149.092,1	12.162,6	428,3	425,0	55.109,3	55.534,4	161.553,1	5.363,9	1.352,2	1.291,0	50.018,5	51.309,5
Ministério das Relações Exteriores	122.416,0	7.001,9	6.324,5	6.324,5	1.665,5	7.990,0	163.000,0	13.303,6	12.383,9	12.383,9	2.519,7	14.903,7
Ministério da Saúde	3.645.624,5	140.428,5	39.422,3	37.659,5	607.625,4	645.284,9	4.624.371,7	652.714,2	169.392,6	167.756,4	792.057,9	959.814,2
Ministério do Trabalho e Emprego	82.768,4	361,4	224,7	224,2	7.766,8	7.991,0	44.422,3	1.279,2	215,3	173,7	19.235,6	19.409,2
Ministério dos Transportes	10.945.760,8	5.036.865,4	503.414,5	471.628,1	1.866.680,1	2.338.308,3	13.881.745,4	6.329.415,4	949.153,9	876.410,4	3.256.370,5	4.132.780,8
Ministério das Comunicações	82.929,8	689,5	286,0	286,0	17.699,0	17.985,0	46.941,4	5.778,8	680,1	680,1	6.475,3	7.155,4
Ministério da Cultura	228.897,1	25.377,3	613,2	601,7	37.424,9	38.026,7	446.820,6	51.547,1	7.509,5	7.483,7	36.995,7	44.479,4
Ministério do Meio Ambiente	133.762,0	2.650,6	677,0	674,1	15.698,9	16.373,0	106.315,0	9.779,8	732,3	732,2	18.631,4	19.363,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.230.924,6	486.556,9	288.167,6	288.167,6	153.317,2	441.484,9	1.830.522,4	605.718,5	35.693,7	35.693,7	217.588,1	253.281,9
Ministério do Esporte	1.006.549,9	7.225,6	134,4	134,4	54.570,3	54.704,6	1.076.615,3	98.267,1	2.330,6	2.330,6	126.967,7	129.298,3
Ministério da Defesa	4.774.843,3	1.026.317,6	344.219,5	318.526,9	740.546,8	1.059.073,7	9.531.795,5	3.117.674,3	1.410.507,8	1.392.754,3	1.430.041,3	2.822.795,6
Ministério da Integração Nacional	5.802.948,3	1.568.034,4	88.340,6	87.203,5	650.042,0	737.245,5	5.782.525,6	1.356.679,6	320.395,7	317.831,5	1.115.157,2	1.432.988,6
Ministério do Turismo	2.107.212,6	83.415,0	5.200,5	5.200,5	140.595,4	145.796,0	2.755.643,4	247.518,2	7.136,5	7.136,5	295.817,7	302.954,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	256.025,5	50.111,0	40.105,5	40.033,5	46.468,6	86.502,1	338.383,8	103.349,7	38.443,1	38.443,1	34.827,8	73.270,9
Ministério das Cidades	8.561.941,1	1.726.782,0	222.872,8	207.059,3	906.209,8	1.113.269,1	7.542.912,8	1.990.734,3	580.095,7	578.337,1	1.486.796,7	2.065.133,7
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	457.901,0	20.808,5	1.224,3	1.224,3	19.650,5	20.874,8
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	290,1	9,0	9,0	-	9,0
TOTAL	52.731.441,5	12.213.272,7	2.155.829,6	1.964.425,0	7.312.003,5	9.276.428,5	65.714.032,3	17.617.612,9	4.204.086,0	4.066.029,8	12.625.011,9	16.691.041,7

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 5 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

MAIO / 2010

Comentários

Em maio de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram um acréscimo de 23,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.925.614,5 (mil), ante R\$ 6.437.289,7 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Mai / 2010	Mai / 2010	Jan a Mai/ 2010
						Abr / 2010	Mai / 2009	Jan a Mai/ 2009	
FPM	3.136.882,0	3.726.454,2	16.304.416,7	3.291.795,9	4.052.871,1	16.819.685,3	23,1%	8,8%	3,2%
FPE	2.988.706,7	3.559.504,5	15.569.687,7	3.145.493,7	3.872.743,4	16.072.143,0	23,1%	8,8%	3,2%
IPI-Exp	139.887,0	190.640,0	891.754,0	212.565,3	209.451,4	1.071.072,8	-1,5%	9,9%	20,1%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MAIO	+ 27 %	+ 23,1 %	+ 27 %	+ 23,1 %	+ 11 %	- 1,5 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	JUN/MAI	JUL/JUN	AGO/JUL
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 9 %	- 20 %	+ 20 %
IPI - EXP	+ 13 %	+ 7 %	+ 7 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2010 a 20/05/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
ABR/3º DEC	2.048.248	13.973.701	16.021.949	MAI/1º DEC	2.755.775	2.883.951	163.860	5.803.586
MAI/1º DEC	569.895	1.213.699	1.783.594	MAI/2º DEC	306.778	321.047	45.592	673.417
MAI/2º DEC	-	4.710.407	4.710.407	MAI/3º DEC	810.190	847.873	-	1.658.063
TOTAL	2.618.142	19.897.808	22.515.950	TOTAL	3.872.743	4.052.871	209.451	8.135.066

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas quotas do FPM/FPE distribuídas no dia 28/05/2010, não houve a parcela com origem no IPI, tal fato deve-se a terem ocorrido no 2º decêndio de maio/10 compensações e restituições (-) do referido imposto (- R\$ 424.039.606,18) em valor absoluto superior à arrecadação bruta observada no período (R\$ 404.735.029,92), resultando em uma arrecadação líquida negativa (- R\$ 19.304.576,26) desse imposto para o 2º decêndio de maio. Como efeito direto, as parcelas do FPM/FPE calculadas sobre a arrecadação líquida do IPI, também ficariam negativas. Para o efeito então da distribuição da 3ª cota de maio do FPM/FPE/IPI-Exp, bem como dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, foi considerada como zero a arrecadação do IPI, ficando para o decêndio seguinte, a ser distribuído no dia 10/06/10, o acerto correspondente a essa arrecadação líquida negativa.
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	19.995,6	132.486,6	21,5
ALAGOAS	AL	96.347,5	161.110,0	565,0
AMAZONAS	AM	59.782,2	108.065,0	2.258,2
AMAPÁ	AP	14.312,2	132.138,0	221,0
BAHIA	BA	367.338,0	363.890,7	10.811,3
CEARÁ	CE	211.355,2	284.139,3	1.731,4
DISTRITO FEDERAL	DF	6.741,4	26.729,7	270,9
ESPÍRITO SANTO	ES	69.763,7	58.091,2	10.007,4
GOIÁS	GO	147.982,5	110.106,0	3.268,4
MARANHÃO	MA	168.756,6	279.542,4	2.168,4
MINAS GERAIS	MG	531.406,1	172.511,4	27.717,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	61.663,3	51.584,9	1.991,7
MATO GROSSO	MT	74.818,8	89.379,0	2.590,0
PARÁ	PA	147.588,7	236.702,1	11.428,9
PARAÍBA	PB	130.859,2	185.461,8	374,1
PERNAMBUCO	PE	203.576,2	267.227,0	1.236,1
PIAUI	PI	107.314,8	167.356,7	72,5
PARANÁ	PR	274.980,0	111.658,9	18.455,4
RIO DE JANEIRO	RJ	122.630,9	59.163,9	33.049,1
RIO GRANDE DO NORTE	RN	102.105,8	161.799,3	304,7
RONDÔNIA	RO	35.574,4	109.041,0	402,8
RORAIMA	RR	15.077,2	96.071,1	13,9
RIO GRANDE DO SUL	RS	274.813,2	91.195,4	25.006,9
SANTA CATARINA	SC	157.280,7	49.563,4	13.429,8
SERGIPE	SE	58.884,9	160.924,1	104,2
SÃO PAULO	SP	535.771,4	38.727,4	41.890,3
TOCANTINS	TO	56.150,4	168.077,1	59,8
TOTAL		4.052.871,1	3.872.743,4	209.451,4

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br